

OFICINA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Jose Stenio Da Silva Chaves¹
Silvânia Neves Da Silva Chaves²
Lidiana Araújo Do Carmo³
Viviane Pinho De Oliveira⁴

RESUMO

O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel central na efetivação da educação inclusiva, atuando na identificação e eliminação de barreiras, na promoção da acessibilidade e na mediação pedagógica entre o estudante público da Educação Especial e o ensino comum. Sua prática exige formação específica, domínio de metodologias diferenciadas e capacidade de produzir recursos adaptados que garantam a participação e o desenvolvimento dos alunos. Diante desse cenário e da crescente demanda por profissionais qualificados, este trabalho apresenta o relato da oficina “Práticas Pedagógicas para o AEE”, ofertada pelo NAPE em parceria com o projeto de extensão FORBIO/UNILAB, com o objetivo de fortalecer a formação continuada de professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncional. A ação formativa foi estruturada em quatro momentos: 1. Práticas com Libras para a alfabetização de estudantes surdos; 2. Produção de jogos e materiais psicopedagógicos; 3. Elaboração de recursos sensoriais para estudantes cegos; e 4. Estratégias inclusivas para o ensino de Ciências voltadas ao público com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Cada oficina integrou teoria e prática, explorando metodologias ativas, recursos visuais, materiais concretos e ferramentas digitais, possibilitando aos docentes vivências que ampliaram seu repertório pedagógico e favoreceram reflexões sobre acessibilidade, adaptação curricular e diversidade de estilos de aprendizagem. Os resultados evidenciam que a formação contribuiu significativamente para o aprimoramento das práticas docentes, fortalecendo a compreensão sobre o papel do professor do AEE e sua articulação com os marcos legais da Educação Especial, como a LDBEN, a LBI e o Decreto nº 12.686/2025. Conclui-se que iniciativas como esta são essenciais para qualificar o trabalho pedagógico, promover a remoção de barreiras e assegurar a participação efetiva dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão; Professor do AEE; Prática Pedagógica

Palavras-chave: Inclusão; Professor do AEE; Prática Pedagógica.

Secretaria municipal de Educação, Redenção, Discente, steniojssc@yahoo.com.br¹

Escola de Ensino Médio, Redenção, Discente, silvianianschaves@yahoo.com.br²

Secretaria municipal de Baturité, Baturité, Discente, lidianaaraujoc@gmail.com³

UNILAB, Redenção, Docente, vivianepo@unilab.edu.br⁴

INTRODUÇÃO

A formação continuada em educação inclusiva é um processo que acompanha o profissional da educação desde sua formação inicial. O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissional com a devida formação específica, atua na escola na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), trabalhando para a eliminação de barreiras, promovendo a acessibilidade e desenvolvendo atividades que venham a contribuir com o professor regente de sala de aula, com suporte e parceria pedagógica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, assegura a matrícula de alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, e é complementada pelo Decreto 6.571/2008, da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, da Língua Brasileira de Sinais- Libras, do sistema e ensino do Braille. Contudo, para uma efetiva aplicação das leis, escola e professores precisam estar preparados, seja a nível estrutural, metodológico ou pedagógico para promover a adaptação e inclusão no ensino do estudante com deficiência.

O Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reforça a centralidade do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como agente pedagógico responsável por identificar barreiras, elaborar recursos acessíveis e garantir a participação efetiva dos estudantes, público da Educação Especial. Assim, o decreto atualiza e fortalece a compreensão sobre a função do professor do AEE, evidenciando que sua prática é essencial para a remoção de barreiras e para a efetivação da inclusão escolar.

Diante do aumento de matrículas de estudantes com deficiência e buscando preencher a lacuna na formação de professores do AEE que atuam com crianças da educação especial e com necessidades específicas de aprendizagem é que se propôs a oferta de uma oficina intitulada “Práticas pedagógicas para o AEE”, com 4 momentos formativos. A proposta foi uma iniciativa do NAPE (Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional) do município de Redenção, em parceria com o projeto de extensão FORBIO da UNILAB, cujo objetivo foi capacitar o professor do AEE com metodologias didáticas e práticas para atuação na Educação Inclusiva.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi relatar a vivência da oficina “Práticas Pedagógicas para o AEE”, evidenciando como os quatro momentos formativos contribuíram para o aprimoramento das práticas docentes, para a ampliação do repertório metodológico dos professores do AEE e para o fortalecimento da educação inclusiva nos municípios participantes.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Do ponto de vista dos seus objetivos é uma pesquisa descritiva, pois visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno (Prodanov; Freitas, 2013).

O público selecionado foram professores do AEE de 4 municípios próximos das instalações da UNILAB, sendo eles: Redenção, Acarape, Barreira e Aracoiaba. Os professores foram selecionados por meio de um formulário de inscrição, sendo divulgado através do perfil do Instagram do projeto FORBIO. No momento da inscrição os participantes responderam a algumas questões relacionadas à sua formação e atuação profissional. Para o preenchimento do formulário de inscrição, os participantes assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um instrumento ético e legal utilizado em pesquisas envolvendo seres humanos, com o objetivo de garantir que os participantes estejam plenamente informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e direitos relacionados à sua participação, permitindo uma decisão consciente e voluntária.

Após o período de inscrição, formou-se um grupo no whatsapp para acolher os professores inscritos, enviar avisos, materiais e facilitar a comunicação sobre a Oficina. A oficina foi ofertada no período da manhã, no

laboratório de Biologia Geral, Campus das Auroras, UNILAB, organizada em 4 momentos distintos, a saber:

- Oficina 1. Práticas com Língua de Sinais - Estratégias para comunicação e inclusão de estudantes surdos - Data: 9/09/2025
- Oficina 2. Práticas com Jogos e Materiais Psicopedagógicos - Data: 03/10/2025
- Oficina 3. Práticas com Materiais Sensoriais para Cegos - Data: 17/10/2025.
- Oficina 4. Práticas para o Ensino de Ciências e Autismo - Data: 07/11/2025.

Ao final dos 4 momentos, os professores participantes responderam um formulário de avaliação do curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção descreveremos os aspectos mais importantes da Oficina, em seus 4 momentos formativos:

Oficina 1. Práticas com Língua de Sinais - Estratégias para comunicação e inclusão de estudantes surdos.

A oficina de libras veio com o objetivo de apresentar por meio da língua Brasileira de Sinais - Libras, metodologias ativas e práticas para alfabetizar o estudante surdo na matriculado nas escolas. Essa metodologia voltada para a libras trouxe mais que uma visão, tanto que os participantes presentes em momentos de debates puderam explanar suas dificuldades em atender alunos com deficiência auditiva e surdo. Mostrar por meio das libras os conhecimentos básicos, dando-lhes possibilidades para prosseguir com o que adquiriram só demonstra que estamos no caminho certo, uma vez que a libras é uma língua visual espacial e que precisa ser implementada como forma de ensino em todas as modalidades.

Por meio de músicas, prática com Libras, materiais complementares e partilhas (Figura 1), entendemos que a formação foi muito proveitosa, fortalecendo ainda mais o processo da inclusão com responsabilidade social. Assim, a oficina não apenas apresentou práticas de alfabetização em Libras, mas também possibilitou que os professores reconhecessem a centralidade da comunicação visual-espacial na aprendizagem do estudante surdo.

Figura 1. Atividades da Oficina 1. Práticas com Língua de Sinais

Fonte: Autores (2026)

A análise de Menezes; Martins Filho; Gomides (2025) evidencia que a alfabetização de estudantes surdos ainda enfrenta obstáculos estruturais que ultrapassam a sala de aula, especialmente no que diz respeito à formação docente e à consolidação da Libras como primeira língua. Os autores demonstram que o desconhecimento dos professores sobre a Libras e a ausência de práticas bilíngues efetivas constituem barreiras recorrentes.

Oficina 2. Práticas com Jogos e Materiais Psicopedagógicos

A oficina de jogos materiais psicopedagógicos, veio com o intuito de proporcionar aos professores que atuam no AEE um momento de compartilhamento de experiências, alinhando teoria e prática, resultando numa aprendizagem significativa para o professor, refletindo diretamente no desenvolvimento dos alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Foi apresentado neste momento o papel do professor do AEE em identificar, elaborar, produzir e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos. Foi um momento voltado para a produção de recursos que auxiliam no desenvolvimento e aprendizagem das crianças que frequentam o AEE (Figura 2). A oficina, desta forma, evidenciou que a produção de jogos e materiais psicopedagógicos é uma competência fundamental do professor do AEE, pois permite adaptar conteúdos e criar estratégias que atendam às especificidades dos estudantes.

Figura 2. Práticas com Jogos e Materiais Psicopedagógicos

Fonte: Autores (2026)

O estudo de Machado et al (2025) analisa práticas de jogos e materiais adaptados dentro do AEE, destacando, assim como na oficina, a importância da produção de recursos psicopedagógicos, o papel do professor na elaboração de materiais acessíveis e a necessidade de alinhar teoria e prática para promover desenvolvimento infantil. Além disso, os autores evidenciam desafios enfrentados pelos docentes na confecção de materiais e na adaptação de jogos, questões que emergiram também no debate da Oficina.

Oficina 3. Práticas com Materiais Sensoriais para Cegos

Na oficina realizada com professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi apresentada uma grande diversidade de materiais didáticos pensados especificamente para atender às necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência visual (Figura 3). Esses materiais foram produzidos a partir de recursos de baixo custo e fácil acesso, como papel em relevo, texturas variadas, objetos cotidianos e modelos táteis, permitindo que os conteúdos fossem explorados de maneira prática e significativa.

Figura 3. Práticas com Materiais Sensoriais para Cegos

Fonte: Autores (2026)

Essa vivência foi essencial para ampliar o repertório pedagógico das docentes, mostrando que a criatividade e a utilização de materiais acessíveis podem transformar o processo de ensino em uma experiência inclusiva e enriquecedora. Ao conhecer e experimentar diferentes estratégias, as professoras puderam refletir sobre a importância de adaptar os conteúdos escolares, garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento e possam desenvolver suas potencialidades.

Bernardo; Santos (2024) apontam que o uso do tato na exploração de materiais grafo táteis estimula um sentido fundamental para o desenvolvimento cognitivo de estudantes com deficiência visual, fortalecendo sua aprendizagem. Para remover barreiras pedagógicas, a escola deve oferecer oportunidades reais de acesso ao conhecimento, evitando práticas que responsabilizem o aluno por se adaptar sozinho. Nesse processo, o professor e os recursos acessíveis atuam como mediadores, conduzindo o estudante da sua condição atual para níveis mais avançados de compreensão, abstração e desenvolvimento.

Oficina 4. Práticas para o Ensino de Ciências e Autismo

Na oficina foram apresentados os aspectos gerais da pessoa dentro do espectro, além de diversos materiais didáticos de Ciências que exploraram ferramentas variadas. Entre eles, destacaram-se recursos visuais elaborados no Canva, além de materiais concretos como bolinhas de isopor e massinha de modelar, que facilitaram a construção de modelos e representações (Figura 4).

Figura 4. Práticas para o Ensino de Ciências e Autismo

Fonte: Autores (2026)

As atividades também incorporaram estratégias de contextualização, sistematização e exploração sensorial, permitindo que os conteúdos sejam vivenciados de forma prática e significativa, respeitando diferentes estilos de aprendizagem.

Essa vivência mostrou-se fundamental para as professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois possibilitou ampliar repertórios metodológicos e compreender como adaptar conteúdos científicos às necessidades dos estudantes com TEA. Ao experimentar e refletir sobre os materiais, os docentes puderam

fortalecer sua prática pedagógica inclusiva, reconhecendo que a diversidade de recursos e estratégias é essencial para promover o acesso, a participação e o desenvolvimento integral dos alunos.

Os autores Braga et al. (2025) destacam que o ensino de Ciências para estudantes com TEA exige práticas pedagógicas que articulem clareza, previsibilidade e recursos visuais estruturados, reforçando exatamente os princípios trabalhados na oficina. Para eles, a aprendizagem científica só se torna acessível quando o professor organiza ambientes didáticos que favoreçam a exploração sensorial e o uso de materiais concretos, permitindo que o estudante compreenda conceitos abstratos por meio de experiências manipuláveis e contextualizadas.

CONCLUSÕES

A realização da oficina “Práticas Pedagógicas para o AEE” evidenciou a importância da formação continuada como eixo estruturante para o fortalecimento da educação inclusiva nos municípios participantes. Os quatro momentos formativos permitiram que os professores do Atendimento Educacional Especializado vivenciassem práticas concretas, contextualizadas e fundamentadas nos marcos legais que orientam a Educação Especial no Brasil, ampliando sua compreensão sobre o papel que desempenham na eliminação de barreiras e na promoção da acessibilidade pedagógica.

As oficinas demonstraram que a atuação do professor do AEE exige domínio de metodologias diversificadas, sensibilidade para reconhecer as singularidades dos estudantes e capacidade de produzir recursos adaptados que favoreçam o acesso ao currículo. As práticas com Libras reforçaram a necessidade de consolidar a língua como primeira forma de comunicação para estudantes surdos; os jogos e materiais psicopedagógicos mostraram o potencial da criatividade docente na construção de estratégias de aprendizagem; os recursos sensoriais para cegos evidenciaram o papel do tato e dos materiais táteis na mediação cognitiva; e as práticas de Ciências para estudantes com TEA destacaram a relevância da previsibilidade, dos recursos visuais e das experiências manipuláveis para a compreensão de conceitos científicos.

Assim, conclui-se que iniciativas como esta são fundamentais para qualificar o trabalho do professor do AEE, garantindo que sua atuação seja articulada ao ensino comum e orientada pela remoção de barreiras, conforme preconiza o Decreto nº 12.686/2025. A oficina reafirma que a inclusão começa com ação: com professores preparados, políticas alinhadas e práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam as potencialidades de todos os estudantes.

AGRADECIMENTOS

FORBIO

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRAGA, Ecson Gama; BRAGA, Adriana Nonato; ROSA, Estefanny Martins de Lima; DIOGENES, Alexandre

Carvalho; BRAGA, Maria de Fátima Gama; CABRAL, Daiancre Anne Ribeiro. Ensino de Ciências para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): desafios, metodologias e práticas inclusivas. Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e1458, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i6.1458. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1458>. Acesso em: 19 ago. 2026.

MACHADO, Florisbela Farias Moutinho; ALMEIDA, Jucélia da Silva; BARBOSA, Lucineide Souza; OLIVEIRA, Flávia dos Santos da Silva de. Entre jogos e sorrisos: o brincar como direito e acesso no AEE. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, [S. l.], v. 6, n. 13, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/17544>. Acesso em: 19 ago. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Summus, 2015. Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.

MENEZES, Isabela Marinho; MARTINS FILHO, Lourival José; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Alfabetização de surdos na Educação Básica: uma investigação das produções em periódicos nacionais. Ensino & Pesquisa, v. 23, n. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/9758>. Acesso em: 19 ago. 2026.

PAISAN, M. S., Mendes, E. G., & Cia, F. (2017). Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. Cadernos de Pesquisa, 47(165), 964-981.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.